



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DE DEFESA  
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

PROCESSO:	262919/2019
PRINCIPAL:	MATO GROSSO PREVIDENCIA
GESTOR:	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	ANA MARIA VIVAN BILO
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
EQUIPE TÉCNICA:	MARIA CELESTINA BATISTA
NÚMERO DA O.S.	5151/2022

APLIC/ControlP





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DE DEFESA	1
3. CONCLUSÃO	4





## 1. INTRODUÇÃO

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como nos artigos 29, inciso XXIV, e 197 da Resolução 14, de 2 de outubro de 2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apresenta-se o Relatório Técnico de Defesa referente à aposentadoria da **Sra. ANA MARIA VIVAN BILO**, cargo de PROFIS TEC NIV MEDIO SERV SAUDE SUS classe/nível "D-10", lotada na SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO, no município de CUIABA/MT.

## 2. ANÁLISE DE DEFESA

O Relatório Técnico Preliminar foi elaborado em 30/09/2019 (Doc. Digital nº 217777/2019), acerca do ato administrativo que concedeu aposentadoria voluntária, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, a Sra. ANA MARIA VIVAN BILO, cargo de PROFIS TEC NIV MEDIO SERV SAUDE SUS classe/nível "D-10", lotada na SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO, no município de CUIABA/MT.

Foram realizadas várias citações e o gestor solicitou prorrogação de prazo de 120 dias, reiterando essa solicitação por cinco (5) vezes, e no dia 13/04/2022 protocolou a manifestação de defesa, com 15 páginas (Doc. Digital nº 111410/2022).

E no dia 27/05/2022 encaminhou o **processo de Revisão de Aposentadoria** (n.º 319114/2019 - Doc. Digital nº 134032/2022), acompanhado do Ato Administrativo n.º 1.472/2022, publicado no Diário Oficial de 04/04/2022, página 1 (fl. 8, Doc. Digital nº 134032/2022), que retificou, em parte, o Ato Governamental nº. 3.141/2019, de 08/07/2019, publicado no Diário Oficial em 08/07/2019, referente a Aposentadoria da Sra. ANA MARIA VIVAN BILO, portadora do RG nº 1019120714/SSP/RS, para considerá-la aposentada nos termos do referido Ato (fl. 7, Doc. Digital nº 134032/2022).

Seguem as irregularidades apontadas no Relatório Técnico Preliminar:

**ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2019 a 31/12/2019**

**1) LA06 RPPS\_GRAVÍSSIMA\_06. Concessão ilegal de benefícios previdenciários (arts. 40 e 142 da Constituição Federal; art. 5º da Lei nº 9.717/98).**

**1.1) A interessada se efetivou apenas em 11/09/2000, portanto não tem direito a regra do artigo 3 da EC 47/2005. - Tópico - 2. FUNDAMENTO LEGAL**





**2) LB15 RPPS\_GRAVE\_15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).**

**2.1) Apresentar a legislação da época que permitia a vinculação de servidores não efetivos ao RPPS. - Tópico - 1.3. Contribuição**

**2.2) Apresentar os documentos comprobatórios do vínculo, tais como: publicação no diário oficial, contratos, termo de posse, carteira de trabalho, fichas funcionais, holerites, etc. - Tópico - 1.3. Contribuição**

### **MANIFESTAÇÃO DO GESTOR**

Em 13/04/2022, o Diretor Presidente do Mato Grosso Previdência – MTPREV, por meio do ofício nº 1176/2022/GAB/PRESIDÊNCIA devolveu a Corte de Contas o processo em questão, e anexou aos autos os documentos abaixo (Doc. Digital nº 111410/2022):

- Despacho nº 604/2022/GAB/PRESIDÊNCIA, fl. 03
- Despacho sistema e-turmalina Diretoria de Previdência, fl. 04
- Lei nº 4491, de 09/09/1982 - publicado no diário oficial de 09/09/1982, fl. 05
- Registro de Emprego Funcional, fls. 06-07
- Vida Funcional de nº 000104, fl. 08
- Despacho sistema e-turmalina Gerência de Vida Funcional, fls. 09-10
- Despacho sistema e-turmalina Gerência de Concessão, fl. 11
- Minuta do Ato de retificação nº 1.472/2022, fl. 12
- Publicação Ato de retificação nº 1.472/2022, publicado no diário oficial, do dia 04/04/2022, fl. 13
- Despacho sistema e-turmalina Gerência de Concessão, fl. 14
- Despacho sistema e-turmalina Diretoria de Previdência, fl. 15.

Posteriormente, em 27/05/2022, o Diretor Presidente do MTPREV, por meio do Ofício Nº 1476/2022/GAV/MTPREV encaminhou o **processo de Revisão de Aposentadoria** (n.º 319114/2019 - Doc. Digital nº 134032/2022), acompanhado dos seguintes documentos:

- Documentos pessoais, fls. 3-4
- Ato Nº 3.141/2019, publicado no Diário Oficial de 08/07/2019, página 4 – que resolveu Aposentar, Voluntariamente, por Tempo de Contribuição, a Sra. ANA MARIA VIVAN BILO, fls. 5
- Ato Administrativo n.º 1.472/2022, publicado no Diário Oficial de 04/04/2022, página 1, que resolveu retificar, em parte, o Ato Governamental nº. 3.141/2019, de 05/07/2019, publicado no Diário Oficial 08/07/2019, referente à Aposentadoria Voluntária da Sra. ANA MARIA VIVAN BILO, fl. 6
- Publicação do Ato Nº 3.141/2019, fl. 7
- Publicação do Ato Administrativo n.º 1.472/2022, fl. 8
- Guia Financeira/Planilha de Cálculo – Composição da Remuneração, fl. 9.





### ANÁLISE TÉCNICA DA DEFESA

**Apontamento 1.1)** A interessada se efetivou apenas em 11/09/2000, portanto não tem direito a regra do artigo 3 da EC 47/2005 - Tópico - 2. FUNDAMENTO LEGAL

O gestor **retificou o Ato nº 3.141/2019** referente à Aposentadoria Voluntária da Sra. ANA MARIA VIVAN BILO (Fls. 5 e 7, Doc. Digital nº 134032/2022).

A retificação foi realizada pelo Ato nº. 1.472/2022, para alterar a fundamentação legal do artigo 3 da EC 47/2005 (Fls. 5-8, Doc. Digital nº 134032/2022), segue trecho do ato de retificação:

(...) O DIRETOR-PRESIDENTE DA MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº. 319114/2019, da Mato Grosso Previdência, **resolvem retificar, em parte, o Ato Governamental nº. 3.141/2019, de 05.07.2019, publicado no Diário Oficial 8 de Julho de 2019, referente à Aposentadoria Voluntária da Sra. ANA MARIA VIVAN BILO, portadora do RG nº 1019120714/SSP/RS,** procedendo-se da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

**“...fundamentado no Art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 05.07.2005 e Art. 140, Parágrafo único, da Constituição Estadual, mais as disposições da Lei Complementar nº 441, de 24.10.2011, com aplicação da Lei nº 9538, de 26.05.2011...”**

LEIA – SE:

**“...fundamentado nos incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 05.07.2005 e Art. 140, Parágrafo único, da Constituição Estadual, mais as disposições da Lei Complementar nº 441, de 24.10.2011, com aplicação da Lei nº 9538, de 26.05.2011...”**

Do exposto, o gestor retificou o Ato nº 3.141/2019, alterando a fundamentação legal do artigo 3 da EC 47/2005, **para os incisos I, II, III e IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.**

Portanto, **SANADA A IMPROPRIEDADE.**

**Apontamento 2.1)** Apresentar a legislação da época que permitia a vinculação de servidores não efetivos ao RPPS. - Tópico - 1.3. Contribuição

O gestor apresentou a Lei nº 4.491, de 09/09/1982 - D.O. 09/09/1982 – que Consolida a Legislação básica do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso – IPEMAT e dá outras providências (Revogada pela Lei Complementar nº 127 - D.O.11/07/03).

Segue o art. 5º da Lei nº 4.491/1982, que diz: **São obrigatoriamente segurados todos os servidores civis ou militares, da Administração Direta ou Indireta do Estado de Mato Grosso, nomeados, admitidos ou contratados,** excluídos os empregados das Sociedades de Economia Mista (fl. 5, Doc. Digital nº 111410/2022).

Do exposto, o gestor apresentou a legislação da época que permitia a vinculação de servidores não efetivos ao RPPS.

Portanto, **SANADA A IMPROPRIEDADE.**

**Apontamento 2.2)** Apresentar os documentos comprobatórios do vínculo, tais como: publicação no diário oficial, contratos, termo de posse, carteira de trabalho, fichas funcionais, holerites, etc. - Tópico - 1.3. Contribuição

A defesa encaminhou o documento - Vida Funcional nº 000104 que descreve que por meio da portaria nº451/1988 do Sr. Superintendente da Fundação de Saúde de Mato Grosso – FUSMAT, que em **19/05/88 foi contratada a Sra. Ana Maria Vivian Bilo para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem** classe A, referência 17, com a carga horária de 08 (oito) horas diárias sendo lotada na Unidade Sanitária de Serrinha (fl. 8, Doc. Digital nº 111410/2022)





O gestor apresentou o Registro de Emprego Funcional, no entanto a primeira folha (fl. 6) está ilegível, mas na última folha (fl. 7) é possível verificar informações sobre as férias, destacando os períodos aquisitivos desde 1988 a 2000 e o nome da Sra. Ana Maria Vivian Bilo (fls. 06-07, Doc. Digital nº 111410/2022)

Diante disso, o gestor apresentou os documentos comprobatórios do vínculo. Portanto, **SANADA A IMPROPRIEDADE.**

### 3. CONCLUSÃO

Por fim, com fulcro do art. 100 da Resolução 16/2021, sugerimos ao Conselheiro Relator:

3.1 Registrar o Ato nº. 1.472/2022, publicado no Diário Oficial de 04/04/2022, página 1, que **resolveu retificar, em parte, o Ato Governamental nº. 3.141/2019, de 05/07/2019**, publicado no Diário Oficial 08/07/2019, referente à Aposentadoria Voluntária da Sra. ANA MARIA VIVAN BILO (fl. 8, Documento Externo – Nº Doc. 134032/2022);

3.2 Legalidade da planilha de proventos no valor de R\$ 9.596,39, com base na informação do Relatório Técnico Preliminar.

Em Cuiabá-MT, 29 de Agosto de 2022.

---

MARIA CELESTINA BATISTA  
AUDITOR PUBLICO EXTERNO  
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA

